CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA

Distribuição gratuita
Publicação Bimestral

N.º 126
Setembro | Outubro 2026
Directora: Adélia Vilas Boas

# Voz da Terra

# 10º CONGRESSO CNA E AGRICULTURA FAMILIAR




WWW.CNA.PT

PRODUÇÃO.
ALIMENTAÇÃO.
SOBERANIA.

15 . NOVEMBRO . 2026 **VILA REAL .** TEATRO MUNICIPAL

CADERNO TÉCNICO
**PAC EM PORTUGAL**
**– DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO**

Co-financiado por:
23.27 pepac
Plano Estratégico da Política Agrícola Comum
Continente

Cofinanciado pela União Europeia

# SUMÁRIO

.03
**EDITORIAL**
Uma força colectiva determinada em transformar o futuro

.04 .05 .06
**DESTAQUE**
10º Congresso da CNA Produção. Alimentação. Soberania






.07 .08
**DESTAQUE**
Mulheres da terra constroem caminhos de mudança

.09 a .22
**CADERNO TÉCNICO**
PAC em Portugal – Distribuição e Rendimento

.23
**NOTÍCIAS**
Apresentação do +CoPMirtilo

.24 .25
**NOTÍCIAS**
Crise dos custos de produção





.26
**NOTÍCIAS**
Crise dos pequenos vitivinicultores atinge expoente máximo no Douro

.27
**NOTÍCIAS**
Agricultores desesperam com prejuízos causados por animais selvagens



.28
**NOTÍCIAS**
VIII Conferência Nacional dos Baldios




.29
**INTERNACIONAL**
Fórum Internacional de Compras Públicas de Alimentos
CNA na oitava reunião do EBAF



.30 .31
**INTERNACIONAL**
Dias Europeus de Acção por #BoaComidaBoa Agricultura




**FICHA TÉCNICA**

**PROPRIEDADE E EDIÇÃO** CNA – Confederação Nacional da Agricultura **NIF:** 500817812
**Morada / Sede da Redacção** Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 | COIMBRA **Tel.:** 239 708 960
**E-mail:** cna@cna.pt **URL:** www.cna.pt **DELEGAÇÃO EM LISBOA** Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº 1100-288 LISBOA **DELEGAÇÃO EM BRUXELAS** Rue Grisar 38, | 1070 Anderlecht, BRUXELAS
**Tel.:** +324 90469076

**Título** Voz da Terra **Directora** Adélia Vilas Boas **Fotos** Arquivo da CNA **Redactores da Separata** *"Caderno Técnico"* Pedro Santos, Lucinda Pinto e João Filipe Batista **Periodicidade** Bimestral
**Tiragem** 5 000 exemplares **Depósito Legal** N.º 117923/97 **Registo na ERC** 123631
**Composição, Paginação e Impressão** Traços Hábeis Unipessoal, Lda
**Sede do impressor** Ed. Maquijig - Pq. Industrial das Carrascas, 2950-402 Palmela
*Os textos assinados são da responsabilidade dos autores Estatuto Editorial Disponível em:* http://www.cna.pt

A **CNA** está filiada na **Coordenadora Europeia Via Campesina**

**CNA**
Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

EDITORIAL

# Uma força colectiva determinada em discutir o presente para transformar o futuro

Chegámos ao 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar trilhando um caminho de resistência e de fortalecimento da união e da organização das agricultoras e dos agricultores familiares.

Reforçámos o trabalho associativo, intensificámos a relação com as filiadas da CNA, nas diversas regiões do país, debatemos com os agricultores, dirigentes associativos e trabalhadores das organizações os problemas concretos com que se confrontam no dia-a-dia, mas também construímos ideias para vencer as barreiras que temos pela frente.

É da terra, dos pequenos e médios agricultores que a trabalham e das suas organizações representativas que saem os conteúdos e as propostas de políticas públicas para melhoria da vida da Agricultura Familiar, mas também da alimentação do nosso povo e da nossa soberania alimentar que estarão em discussão no 10º Congresso da CNA.

A nossa Confederação – a CNA – agregadora e representativa da força dos pequenos e médios agricultores das explorações familiares portuguesas é feita com a determinação transformadora de querer ser parte interventiva na melhoria das nossas condições de vida e de trabalho.

Assim tem sido ao longo dos já quase 49 anos de vida da CNA, marcados por cinco grandes Encontros Nacionais e nove enérgicos Congressos.

Um denominador comum: de forma séria e entusiástica, fazer uma discussão ligada à realidade e à actualidade, com os olhos no futuro. Assim foi em momentos decisivos para a agricultura nacional, como por ocasião da adesão de Portugal à CEE, em que se aprovaram moções sobre os acordos, os fundos, os esclarecimentos e a defesa do sector, alertando para os impactos, muitos negativos, que teria no sector.

***Enquanto o Governo e o Ministério da Agricultura anunciam milhões em apoios, mas as ajudas não chegam para compensar os custos, os rendimentos continuam esmagados, a grande distribuição acumula milhões e impõe preços injustos à produção e aos consumidores***

Em circunstâncias diversas, os Encontros e Congressos da CNA encheram pavilhões e anfiteatros com uma força colectiva determinada em discutir o presente para transformar o futuro. E bem melhor podíamos estar – e o país – se tivesse sido acolhido nas políticas públicas o conteúdo das resoluções, proclamações e moções que aprovámos.

Enfrentando muitas vezes falta de vontade política, e até discriminação da Agricultura Familiar, por parte de quem Governa, mantemo-nos firmes com proposta, e também com luta.

Enquanto o Governo e o Ministério da Agricultura anunciam milhões em apoios, mas as ajudas não chegam para compensar os custos, os rendimentos continuam esmagados, a grande distribuição acumula milhões e impõe preços injustos à produção e aos consumidores e o país aumenta a dependência alimentar do exterior, com a CNA, agricultores mobilizam-se em vários pontos do país, em marchas de tractores, concentrações e acções de protesto, e constroem, no seu 10º Congresso, o caminho para o futuro.

Pela construção de um modelo de produção, comercialização e consumo baseado na Agricultura Familiar e na Agroecologia, nos princípios da Soberania Alimentar, da solidariedade internacional e da justiça social.

*A Direcção da CNA*

# 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar realiza-se em Vila Real a 15 de Novembro

***O 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar realiza-se a 15 de Novembro, no Teatro Municipal de Vila Real, reunindo centenas de agricultoras e agricultores de todo o país, delegados das associadas da CNA e convidados nacionais e internacionais, incluindo de organizações camponesas filiadas na Via Campesina, organização da qual a CNA é membro.***




Com o lema assente em três pilares "Produção. Alimentação. Soberania", o 10º Congresso da CNA constitui-se espaço de afirmação da Agricultura Familiar como imprescindível para aumentar a produção nacional, garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e construir a Soberania Alimentar do país.

**Produção.** A Agricultura Familiar é a forma predominante de produção agrícola em todo o mundo (90%), garantindo parte substancial de todos os alimentos produzidos e consumidos. Portugal não foge à regra. Mais de 90% das explorações agrícolas existentes no




país são familiares, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) do Recenseamento Agrícola de 2019.
Ao contrário dos modelos agrícolas industrializados, baseados em monoculturas intensivas e super-intensivas, a Agricultura Familiar, com muitos agricultores e explorações diversificadas, promove a biodiversidade, protege os recursos naturais, as variedades locais e raças autóctones e contribui para uma maior resiliência às alterações climáticas. A mesmo tempo, sustenta o desenvolvimento e a vitalidade do Mundo Rural, ao constituir fonte de emprego e rendimento nas zonas rurais.

**Alimentação.** De acordo com os dados da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, a Agricultura Familiar produz mais de 80% dos alimentos do mundo em termos qualitativos.
Os agricultores familiares asseguram, de forma sustentável, uma vasta gama de produtos agrícolas e pecuários, sãos, culturalmente adequados, podendo incentivar dietas saudáveis e variadas, ao mesmo tempo que promovem a transição para sistemas alimentares resilientes, mais enraizados no território e respeitadores dos hábitos alimentares e tradicionais de cada região. Privilegiando os circuitos curtos agro-alimentares, a Agricultura Familiar torna os alimentos acessíveis à população, reduz intermediários e promove justiça nas relações entre produtores e consumidores.

**Soberania.** Com uma produção orientada essencialmente para o mercado interno e menos dependente de factores de produção externos, a Agricultura Familiar é pedra basilar na construção da soberania alimentar nacional, tornando o país mais resistente às crises e constrangimentos cada vez mais frequentes nas cadeias de abastecimento internacionais.
Em Portugal, apesar do escandaloso agravamento do défice da balança agroalimentar, a Agricultura Familiar continua a assegurar uma parte significativa da produção destinada ao mercado interno e é urgente, por isso, que seja mais valorizada e apoiada.

## O LADO NEGRO DAS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

Apesar desta relação entre Agricultura Familiar e Produção, Alimentação e Soberania ser ampla e oficialmente reconhecida, os pequenos e médios produtores continuam a enfrentar políticas públicas que não só são desadequadas como são adversas e contribuem para o desaparecimento de milhares de pequenas e médias explorações. Ao mesmo tempo, o grande agro-negócio avança com elevados custos negativos para o ambiente e a sociedade.

# DESTAQUE

O 10º Congresso da CNA realiza-se num ano particularmente difícil para os agricultores: avultados prejuízos causados por intempéries, incêndios e animais selvagens, subida galopante dos custos de produção e preços à produção que não acompanham essa subida, predação da terra – incluindo os baldios – pelo capital financeiro (muitas vezes para fins não agrícolas), desenho de uma Política Agrícola Comum que promete ser ainda mais compressora para as pequenas e médias explorações, proliferação de acordos comerciais que pressionam as nossas produções, os nossos rendimentos e a nossa soberania.

Em 2025, segundo o INE, o rendimento real da actividade agrícola diminuiu 4,5%, confirmando que a vasta maioria dos agricultores continua a enfrentar sérias dificuldades económicas.

O agravamento do défice da balança agroalimentar, de 5,1 mil milhões de euros para 6,3 mil milhões de euros, confirma uma profunda dependência do país, deixando-o cada vez mais distante da necessária Soberania Alimentar.

Enquanto isso, e ao mesmo tempo que as famílias estão em dificuldades, as grandes corporações que comercializam os factores de produção (como combustíveis, fertilizantes ou rações) e que operam na distribuição agro-alimentar somam lucros atrás de lucros.




É por isso urgente lutar por melhores condições de vida e de trabalho no campo e por maior justiça social. Perante estas circunstâncias, afirmamos que é com o fortalecimento da acção e da luta da CNA, a organização representativa das explorações agrícolas familiares portuguesas, e com a apresentação de propostas e reclamações para outras e melhores políticas públicas que alcançaremos essas condições.

Também por isso, o 10º Congresso da CNA, com a participação de centenas de delegados, será um momento de extrema importância para as agricultoras e os agricultores, particularmente das explorações agrícolas familiares, para o Mundo Rural e para o futuro do nosso país.

## UM PROGRAMA DE CULTURA, DEBATE E PROPOSTA

O programa do Congresso contará com sessões plenárias e de debate em torno dos temas da actualidade que impactam o sector agrícola e o Mundo Rural e contará com um balanço da actividade entre Congressos, com abordagem de perspectiva de futuro do movimento associativo da CNA.

Como em Encontros e Congressos anteriores, dele sairão Moções temáticas, Medidas Urgentes e a Resolução do Congresso (mais abrangente), documentos estratégicos a debater e a aprovar pelos delegados presentes, e que orientarão a acção de proposta, reclamação e luta da Confederação, em defesa dos interesses dos agricultores familiares.

Contaremos, ainda, com saudações de convidados institucionais e de organizações congéneres de outros países, enriquecedoras da solidariedade internacional da luta camponesa.

## MULHERES AGRICULTORAS EM FORÇA NO CONGRESSO DA CNA

**Realizando-se no Ano Internacional da Mulher Agricultora (2026), consagrado pelas Nações Unidas, o 10º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar contará com espaços privilegiados de intervenção das mulheres e da MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas, pela definição de políticas públicas que valorizem o papel essencial das mulheres no sector agrícola e nos territórios rurais e que ponham fim a todas as formas de discriminação e violência.**



# Mulheres da terra constroem caminhos de mudança

***Neste Ano Internacional da Mulher Agricultora (consagrado pela ONU), as actividades desenvolvidas pela MARP – Associação das Mulheres Agricultoras e Rurais Portuguesas e pela CNA intensificaram-se.***

O objectivo é transformar este reconhecimento institucional em medidas concretas de política pública que façam chegar às mulheres agricultoras e rurais as condições de vida e de trabalho a que têm direito.

Um dos pontos altos dessa actividade foi a iniciativa "Mulheres da Terra em Roda de Conversa", realizada a 5 de Julho, na Comunidade Local de Baldios de Ansiães, concelho de Amarante.

Organizada pela CNA em parceria com a MARP e a ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina, no âmbito do projecto europeu SWIFT, esta roda de conversa reuniu dezenas de mulheres agricultoras e rurais, num dia pleno de partilha e de propostas para construir um futuro melhor.

A discussão, dinâmica e participada, desenrolou-se em torno dos temas da "Segurança Social e serviços de apoio à família", "Produção, comercialização e mercados de proximidade", "Impactos ambientais na produção familiar" e "Mobilidade, saúde e serviços essenciais".

As mulheres da agricultura familiar têm uma visão profunda e concreta dos desafios que enfrentam diariamente, mas também uma grande capacidade para identificar caminhos de mudança.

Foram evidentes preocupações comuns relacionadas com a valorização e remuneração digna do trabalho agrícola, o acesso a direitos sociais em condições de igual-

dade e dignidade, a preservação dos territórios rurais, a sustentabilidade ambiental e a necessidade de reforçar os serviços públicos de proximidade e qualidade.

Apesar das dificuldades, sobressaiu uma enorme capacidade de resistência, solidariedade e mobilização. As mulheres da agricultura familiar continuam a ser um dos principais pilares da vitalidade dos territórios rurais, assegurando a produção de alimentos, a preservação dos saberes, o cuidado da paisagem e a coesão das comunidades. Representam uma força indispensável para o presente e para o futuro do mundo rural e escutá-las, valorizar os seus contributos e transformar as suas propostas em políticas públicas constitui uma condição essencial para construir territórios mais justos, vivos e sustentáveis.

Este encontro evidenciou a importância de promover espaços de participação e discussão onde as mulheres possam falar das suas experiências, inspirar-se mutuamente e fortalecer aprendizagens com vista ao reconhecimento e valorização do seu trabalho.

Dar voz às mulheres da terra e traduzir as suas propostas em políticas públicas adequadas à sua realidade é fortalecer a agricultura familiar, promover a coesão territorial e afirmar um modelo de desenvolvimento mais justo, sustentável e solidário.

A CNA, a MARP e a ECVC continuarão a desenvolver iniciativas com vista a dar seguimento ao importante trabalho levado a cabo nesta roda de conversa.

No Ano Internacional da Mulher Agricultora, este encontro constitui um marco na reclamação do cumprimento, em Portugal, da Declaração das Nações Unidas dos Direitos dos Camponeses e Outras pessoas que Trabalham nas Zonas Rurais (UNDROP) e do Estatuto da Agricultura Familiar.




## MARP LEVA MOSTRA DE PRODUTOS AO 10º CONGRESSO DA CNA

As muitas iniciativas públicas, reuniões e contactos directos com as mulheres agricultoras promovidas pela MARP ao longo deste ano consubstanciam a presença e intervenção da associação no 10º Congresso da CNA em Vila Real.
Além de uma intervenção em Plenário, a participação das agricultoras familiares ficará marcada pela realização de um mercado de produtos agroecológicos, que saem das mãos e do trabalho das mulheres.
Esta mostra será uma montra para o que de melhor se faz na agricultura familiar, mas sobretudo um alerta para a necessidade de valorização da produção local e dos circuitos curtos de comercialização.



# PAC EM PORTUGAL – DISTRIBUIÇÃO E RENDIMENTO

PEDRO SANTOS, LUCINDA PINTO E JOÃO FILIPE BATISTA

Co-financiado por:

pepac 23.27 Plano Estratégico da Política Agrícola Comum Continente

Cofinanciado pela União Europeia

# 1. INTRODUÇÃO

■ As negociações em curso sobre o próximo orçamento da União Europeia e sobre a PAC – Política Agrícola Comum para depois de 2027 tornam ainda mais importante a análise e a percepção sobre a distribuição actual dos apoios à agricultura em Portugal. Antes de decidir a PAC do futuro, importa conhecer a realidade da PAC que temos. Esta análise nem sempre é fácil. No apoio ao investimento, por exemplo, ainda não existem dados suficientes sobre a actual programação (PEPAC) que permitam uma análise completa, pelo que teremos de recorrer aos resultados do PDR2020. Ou seja, estamos a discutir o futuro da PAC sem conhecermos plenamente os resultados da programação actual.

Entre as várias questões em discussão, uma das mais importantes está relacionada com **a forma como as ajudas são distribuídas entre agricultores, explorações e regiões**.

O documento que se apresenta é o primeiro de um conjunto de artigos sobre a PAC e o seu futuro que iremos publicar. Começamos por olhar para um conjunto de dados sobre a aplicação da PAC em Portugal e procurar responder a uma pergunta simples: **quem recebe as ajudas e como está distribuído esse dinheiro pelo nosso território?**

# 2. QUANTO DINHEIRO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA TEM PORTUGAL PARA A PAC?

**TABELA 1.** FUNDOS DA PAC EM PORTUGAL EM MILHÕES DE EUROS (M€)

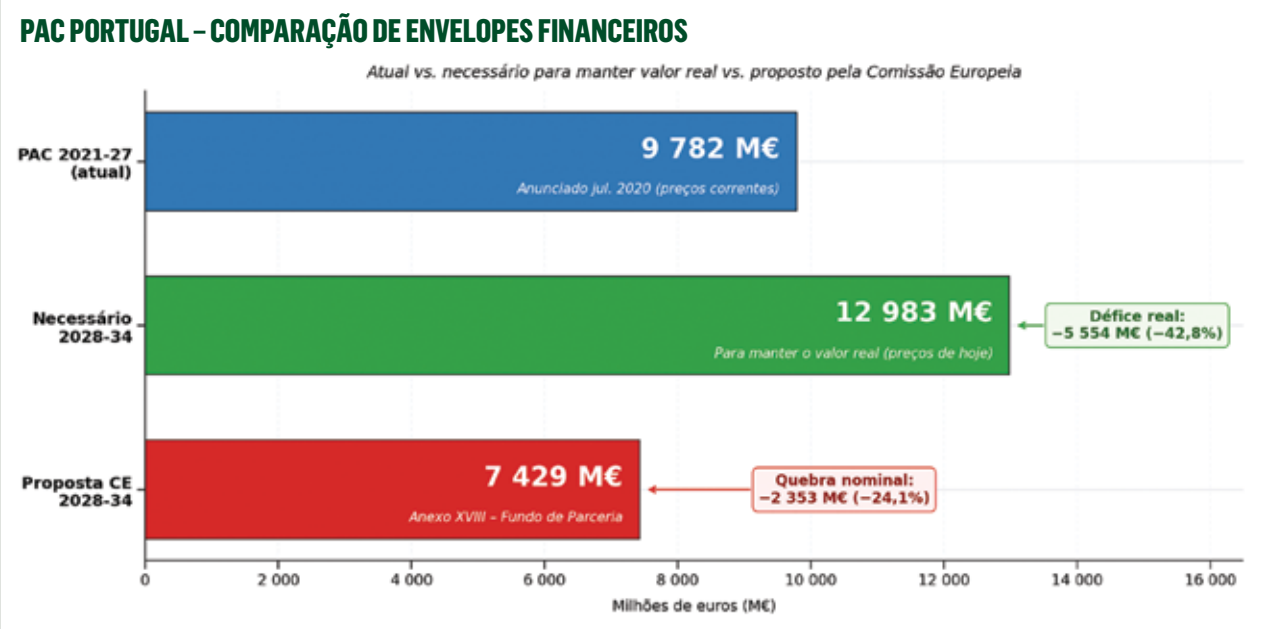
| PAC Portugal 2021-2027 | Valor M€ |
|---|---|
| **Total de fundos comunitários PAC** | **9.782** |
| 1.º Pilar — pagamentos directos + medidas de mercado / FEAGA | **5.509** |
| 2.º Pilar — desenvolvimento rural / FEADER | **4.274** |

■ Os valores indicados na tabela são os actuais, e não têm em conta actualizações resultantes da inflação e da perda do poder de compra.

Se tivermos em conta a inflação acumulada, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) da área do euro, de 25,8%, a comparação torna-se ainda mais clara.

Para que o envelope nacional **não perdesse poder de compra face a Julho de 2020**, teria hoje de rondar os **12,3 mil milhões de euros e não 9,78 mil milhões**. Este dado é muito importante e deve constituir um ponto de referência para as negociações. A proposta apresentada em 2025 pela Comissão Europeia para a PAC pós 2027 fica, no entanto, muito abaixo desse valor.

**GRÁFICO 1.** COMPARAÇÃO DE ENVELOPES FINANCEIROS DA PAC EM PORTUGAL: ACTUAL, NECESSÁRIO PARA MANTER O VALOR REAL E PROPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA



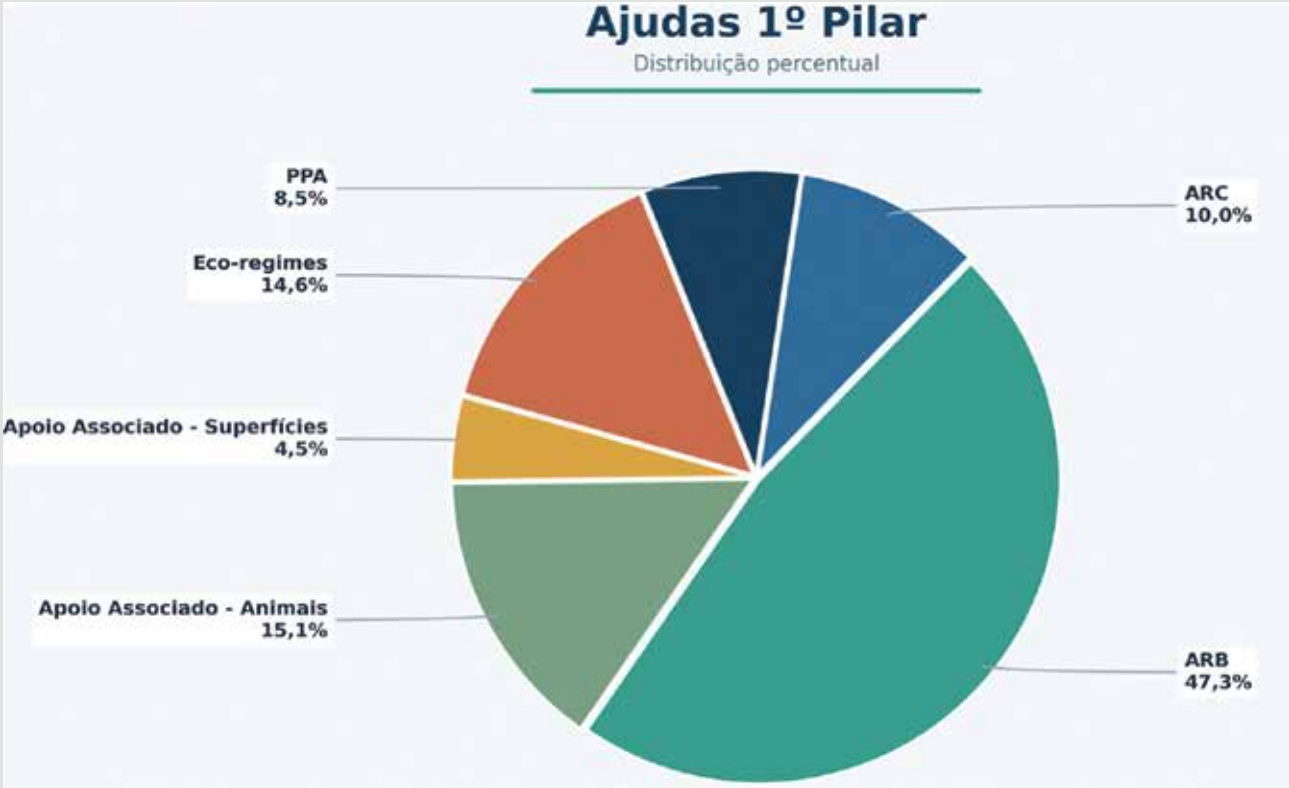

**Fonte:** Governo PT/GPP (2023-2027); Comissão Europeia, Anexo XVIII do Regulamento do Fundo de Parceria (proposta 2028-34); INE (IPC PT 2020-2025); deflator QFP UE

A diferença é significativa: face ao actual orçamento, verifica-se uma quebra nominal de 2.353 milhões de euros, ou 24,1%. Se considerarmos o valor que seria necessário para acompanhar a inflação, a diferença sobe para 5.554 milhões de euros, ou 42,8%.
As negociações têm avançado, a Comissão propõe alternativas para abater este défice, mas as propostas podem implicar cortes nas restantes verbas do quadro financeiro, nomeadamente as destinadas à Coesão. Este assunto merece uma análise própria e será tratado noutro artigo. Neste, interessa-nos, sobretudo, perceber como está a ser distribuído o dinheiro da PAC em Portugal e quem está a receber as ajudas.

# 3. AJUDAS DA PAC PAGAS EM 2025 (MEDIDAS SIGc)

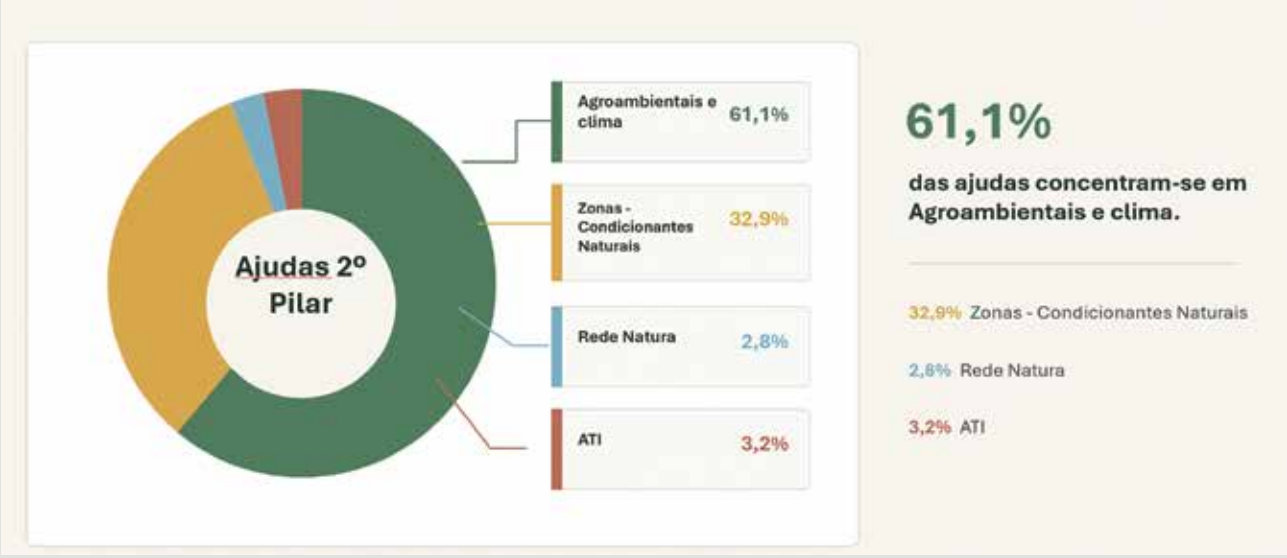
***Nota:*** *Medidas/Ajudas SIGc são pagamentos e apoios financeiros concedidos aos agricultores europeus (financiados pela Política Agrícola Comum) que são geridos e controlados através do SIGc (Sistema Integrado de Gestão e de Controlo).*

## GRÁFICO 2. AJUDAS DO 1º PILAR




Em 2025, os pagamentos da PAC analisados ultrapassaram os 1,2 mil milhões de euros. No 1.º Pilar, o Apoio ao Rendimento Base (ARB) representou a maior parcela dos pagamentos, cerca de 47%.
As ajudas do 2.º Pilar têm também um peso importante no conjunto dos pagamentos, sendo a sua distribuição pelas diferentes medidas apresentada no gráfico seguinte.

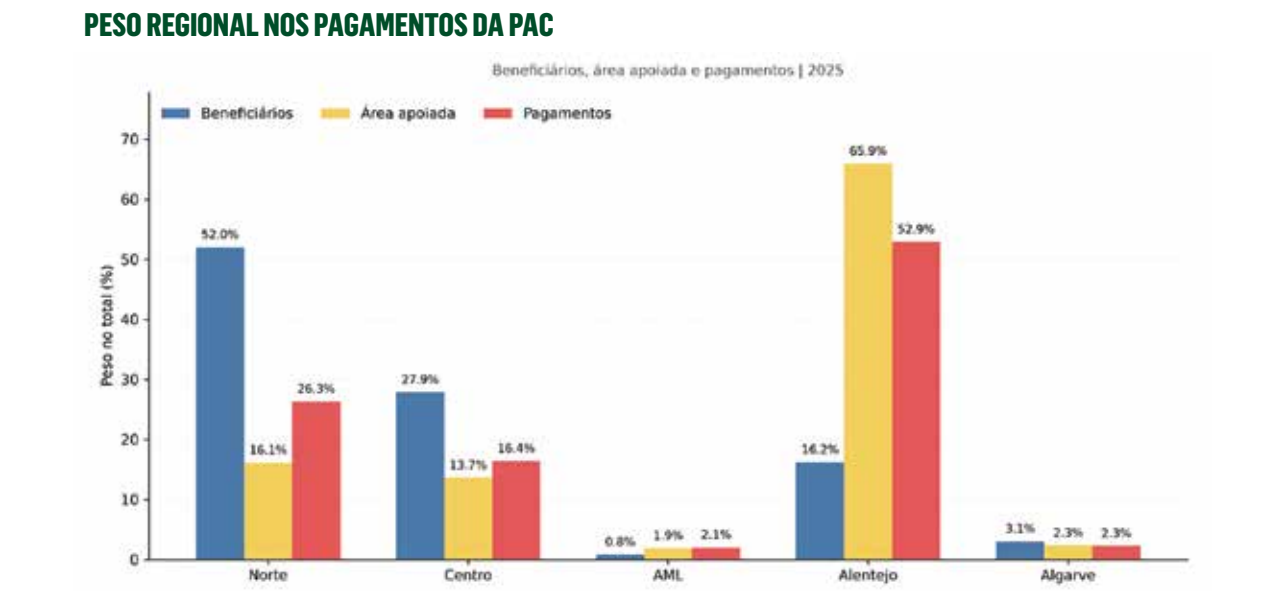
## GRÁFICO 3. AJUDAS DO 2º PILAR



# DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

## A DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DOS PAGAMENTOS DA PAC REVELA DUAS AGRICULTURAS MUITO DIFERENTES.

**GRÁFICO 4 . PESO REGIONAL DOS PAGAMENTOS DA PAC**




**Fonte:** a partir de dados de pagamentos PAC 2025

Os pagamentos da Política Agrícola Comum analisados, para 2025, atingem aproximadamente 1 204,1 milhões de euros, distribuídos por 173 418 beneficiários. A distribuição regional destes apoios evidencia, contudo, diferenças profundas entre o número de agricultores abrangidos, a dimensão da área apoiada e o montante médio recebido por beneficiário.

A análise foi efectuada segundo a delimitação regional, correspondente às cinco NUTS II de Portugal continental anteriores à reorganização territorial de 2024: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo e Algarve. Esta opção é necessária para preservar a comparabilidade territorial dos dados.

O Norte concentra 90 220 beneficiários, correspondentes a 52,0% do total, mas representa apenas 16,1% da área apoiada e 26,3% dos pagamentos. O pagamento médio situa-se em aproximadamente 3 516 euros por beneficiário, o valor mais baixo das cinco regiões. Em contrapartida, o pagamento médio por hectare é o mais elevado do Continente.

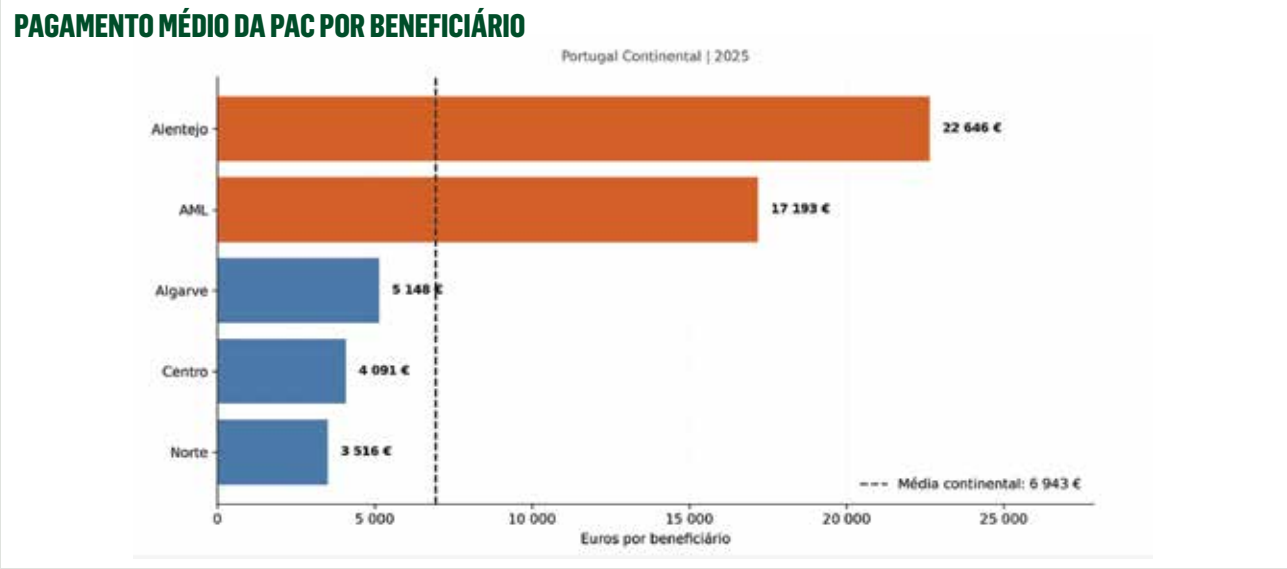
Esta combinação reflecte uma estrutura agrária marcada por um número muito elevado de beneficiários e por áreas médias apoiadas relativamente reduzidas. No Norte, a área média corresponde apenas a 5,8 hectares por beneficiário, muito abaixo da média continental de 18,7 hectares.

O Centro representa 27,9% dos beneficiários, 13,7% da área apoiada e 16,4% dos pagamentos. O pagamento médio é de aproximadamente 4 091 euros por beneficiário, ainda substancialmente abaixo da média continental, que se situa em cerca de 6 943 euros. A área média apoiada é de 9,2 hectares por beneficiário. Em conjunto, Norte e Centro concentram cerca de 80% dos beneficiários, mas apenas 29,8% da área e 42,8% dos pagamentos. Estes valores demonstram a discrepância territorial da PAC nestas regiões e o reduzido montante médio recebido por agricultor.

O Alentejo apresenta uma estrutura praticamente inversa. Com 28 136 beneficiários, correspondentes a 16,2% do total, concentra 65,9% da área apoiada e 52,9% dos pagamentos, num montante superior a 637 milhões de euros. O pagamento médio atinge aproximadamente 22 646 euros por beneficiário, mais de três vezes a média continental e cerca de 6,4 vezes o valor registado no Norte.

Esta diferença encontra-se fortemente associada à dimensão da área abrangida. No Alentejo, a área média apoiada é de aproximadamente 76,1 hectares por beneficiário, comparativamente a 5,8 hectares no Norte e 9,2 hectares no Centro. Apesar dos montantes médios elevados por beneficiário, o Alentejo apresenta um pagamento médio de aproximadamente 298 euros por hectare, inferior ao registado no Norte e no Centro.

## GRÁFICO 5. PAGAMENTO MÉDIO DA PAC POR BENEFICIÁRIO



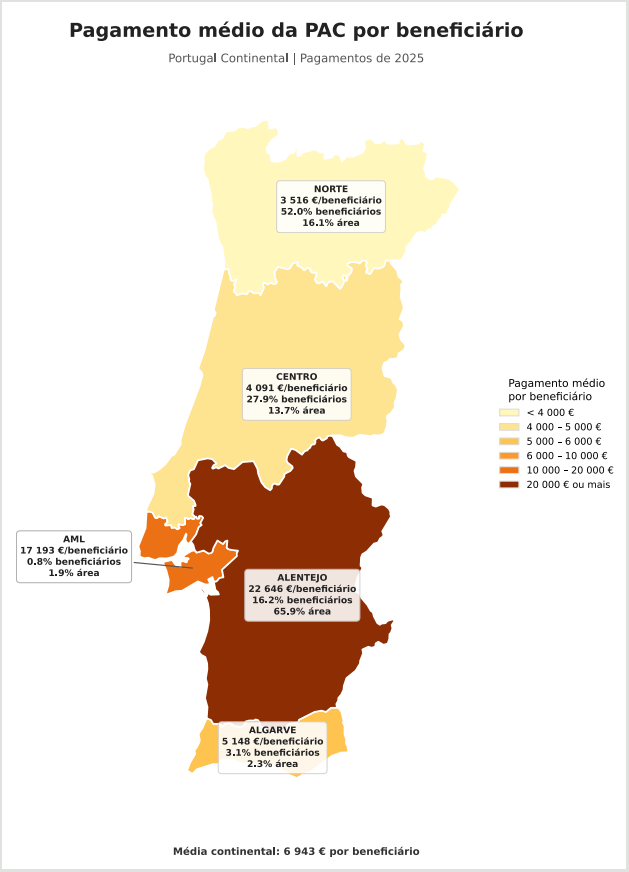

**Fonte:** a partir de dados de pagamentos PAC 2025

No Algarve, o pagamento médio situa-se em aproximadamente 5 148 euros por beneficiário. A região representa 3,1% dos beneficiários, 2,3% da área apoiada e 2,3% dos pagamentos. A área média é de cerca de 14,4 hectares por beneficiário.

Os dados mostram, portanto, duas realidades agrícolas distintas. Norte e Centro concentram a maior parte dos beneficiários, mas apresentam explorações de menor dimensão e pagamentos médios individuais relativamente reduzidos. O Alentejo concentra a maior parte da área e dos pagamentos, apresentando um número mais reduzido de beneficiários e montantes médios substancialmente superiores.

Esta assimetria demonstra que a avaliação da distribuição da PAC não deve limitar-se ao montante total recebido por cada região. Deve considerar simultaneamente o número de agricultores abrangidos, a área apoiada, o pagamento médio por beneficiário e o pagamento por hectare. Só a combinação destes indicadores permite avaliar a dimensão económica, social e territorial dos apoios.

## FIGURA 1. MAPA COM DISTRIBUIÇÃO DE PAGAMENTO MÉDIO DA PAC POR BENEFICIÁRIO.

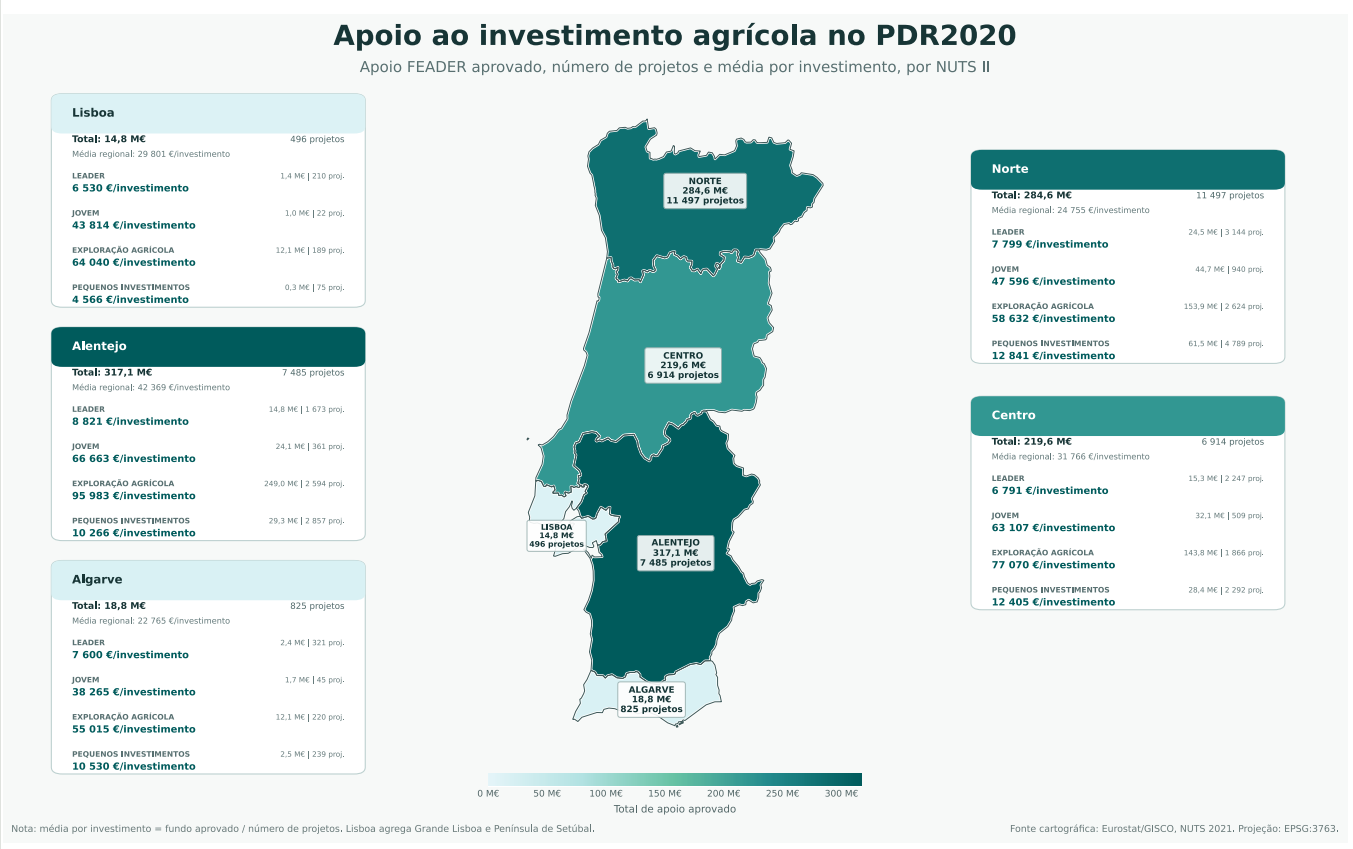



**Fonte:** a partir dos dados de pagamentos da PAC 2025. Cartografia: Eurostat/GISCO
**Nota:** Delimitação NUTS II 2021, correspondente à estrutura territorial dos dados de origem

# 4. APOIO AO INVESTIMENTO NA AGRICULTURA

Como o PEPAC ainda não dispõe de dados suficientes para uma análise mais completa do apoio ao investimento, recorremos aos resultados do PDR2020. Os valores apresentados correspondem ao financiamento comunitário através do FEADER e não incluem a comparticipação nacional.

**FIGURA 2 . MAPA COM DISTRIBUIÇÃO DO APOIO AO INVESTIMENTO AGRÍCOLA NO PDR2020.**




**Nota:** Média por investimento = fundo aprovado / número de projectos. Lisboa agrega Grande Lisboa e Península de Setúbal. Cartografia: Eurostat/GISCO, NUTS 2021. Projecção: EPSG:3763.

A análise dos apoios ao investimento agrícola no PDR2020 mostra duas realidades distintas que importa considerar em conjunto: por um lado, uma forte concentração dos recursos financeiros nos investimentos de maior dimensão; por outro, uma enorme dispersão do número de projectos através dos instrumentos dirigidos aos investimentos de menor dimensão.

No universo considerado, foram aprovados 854,9 milhões de euros de apoio FEADER, correspondentes a 27 217 projectos. Contudo, a distribuição deste número de projectos pelas diferentes tipologias é muito desigual e oferece uma leitura bastante diferente daquela que resulta apenas da observação dos montantes financeiros. A medida de apoio ao investimento nas explorações agrícolas (3.2.1) concentrou 570,8 milhões de euros, cerca de dois terços de todo o apoio considerado, mas correspondeu a 7 493 projectos. Em contraste, os Pequenos Investimentos contabilizaram 10 252 projectos e os Pequenos Investimentos LEADER outros 7 595 projectos.

Esta diferença deve ser particularmente valorizada. Só os Pequenos Investimentos representam 37,7% dos 27 217 projectos considerados, apesar de absorverem apenas cerca de 14,3% do apoio financeiro. O montante aprovado foi de 122,1 milhões de euros, o que corresponde a um apoio médio de aproximadamente 11,9 mil euros por projecto.

A importância do LEADER torna-se igualmente evi-

dente quando a análise se faz a partir do número de operações. Os Pequenos Investimentos LEADER mobilizaram 58,3 milhões de euros, apenas 6,8% do montante total considerado, mas deram origem a 7 595 projectos, aproximadamente 27,9% de todas as operações, com um apoio médio próximo de 7,7 mil euros por projecto.

O contraste é, portanto, muito significativo: menos de 7% do financiamento corresponde a quase 28% dos projectos quando se considera isoladamente o LEADER. Mas é quando se juntam as duas tipologias de pequenos investimentos que a dimensão deste fenómeno se torna mais clara. Pequenos Investimentos e Pequenos Investimentos LEADER somam 17 847 projectos. Representam 65,6% de todos os projectos considerados, embora absorvam apenas 21,1% do apoio aprovado.

Por outras palavras, praticamente dois em cada três projectos apoiados correspondem a pequenos investimentos, enquanto pouco mais de um em cada cinco euros de apoio lhes está associado.

Esta relação é particularmente relevante na avaliação do alcance das políticas de investimento. Um programa não deve ser analisado exclusivamente pelo montante de investimento que consegue mobilizar. Também importa perceber quantas operações consegue apoiar e quão disseminado territorialmente é o acesso aos instrumentos disponíveis. Nesta perspectiva, os pequenos investimentos assumem um peso muito superior àquele que a simples distribuição financeira deixaria perceber.

É igualmente importante fazer uma ressalva metodológica. Os dados disponíveis contabilizam número de projectos, e não beneficiários únicos. Não permitem, portanto, concluir que os 17 847 projectos de pequenos investimentos correspondem exactamente a 17 847 agricultores diferentes. Demonstram, contudo, que estas duas tipologias concentram quase dois terços das operações apoiadas.

Também o Investimento Jovem revela uma configuração diferente. Os 103,6 milhões de euros aprovados distribuem-se por apenas 1 877 projectos, aproximadamente 6,9% das operações consideradas. O apoio médio situa-se em cerca de 55,2 mil euros, bastante acima do observado nos pequenos investimentos.

### As diferenças regionais: mais projectos no Norte, mais financiamento no Alentejo

A distribuição territorial permite aprofundar esta leitura e mostra que o padrão de investimento está longe de ser homogéneo.

O primeiro contraste é particularmente expressivo: o Alentejo é a região que concentra o maior montante de apoio, enquanto o Norte é, destacadamente, a região com maior número de projectos.

No Norte foram contabilizados 11 497 projectos, correspondentes a cerca de 42,2% dos 27 217 projectos considerados a nível nacional. Ou seja, mais de quatro em cada dez operações estão concentradas no Norte. Apesar disso, os 284,6 milhões de euros de FEADER aprovados representam cerca de 33,3% do financiamento do Fundo. O apoio médio global fica, consequentemente, próximo dos 24,8 mil euros por projecto.

É sobretudo nos instrumentos de menor dimensão que o Norte se destaca. A região contabiliza 4 789 Pequenos Investimentos, o valor regional mais elevado, aos quais acrescem 3 144 Pequenos Investimentos LEADER, também o maior número entre todas as regiões. Somadas, estas duas categorias representam 7 933 projectos no Norte.

Isto significa que aproximadamente 69% dos projectos de investimento contabilizados no Norte pertencem às duas categorias de pequenos investimentos. Mais do que o volume financeiro é esta multiplicação do número de operações que constitui uma das características mais marcantes da execução na região.

O Centro revela um padrão semelhante. Foram apoiados 6 914 projectos, correspondentes a aproximadamente 25,4% do total nacional, associados a 219,6 milhões de euros de apoio. Destes, 2 292 são Pequenos Investimentos e 2 247 são Pequenos Investimentos LEADER. As duas modalidades representam, assim, 4 539 projectos, cerca de 65,7% de todas as operações da região Centro.

O Alentejo apresenta um perfil bastante diferente. É a região que concentra o maior volume de apoio, 317,1 milhões de euros, equivalente a cerca de 37,1% do total, mas contabiliza 7 485 projectos, bastante menos do que os 11 497 registados no Norte. O apoio médio global sobe, por isso, para aproximadamente 42,4 mil euros por projecto, face aos 24,8 mil euros do Norte e aos 31,8 mil euros do Centro.

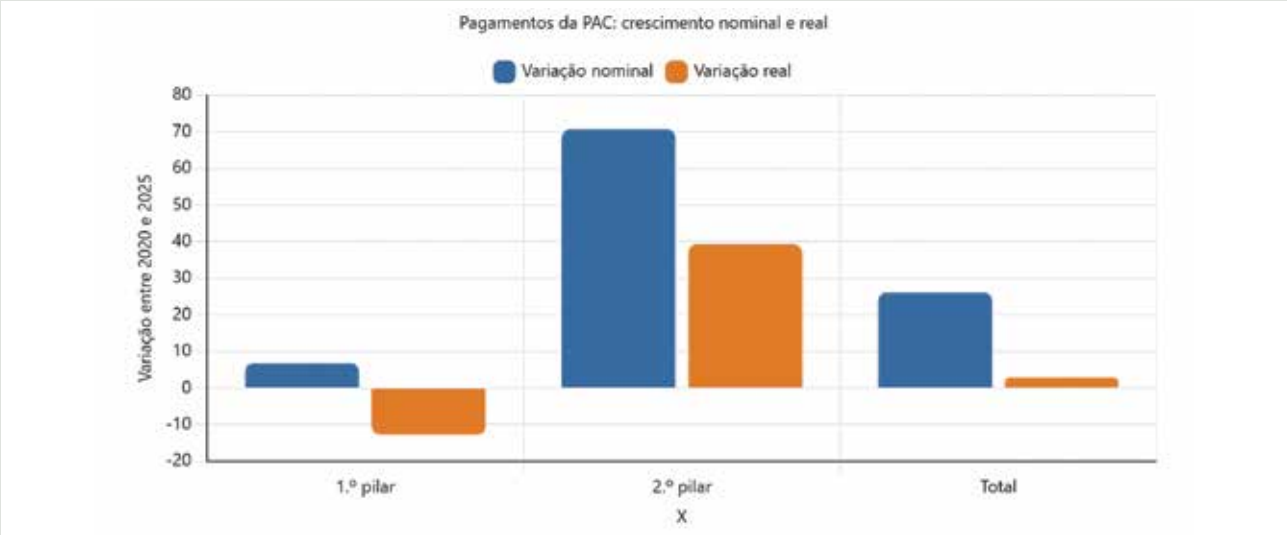
Mas, também no Alentejo, os pequenos investimentos são relevantes quando se olha para o número de operações: São 2 857 Pequenos Investimentos e 1 673 Pequenos Investimentos LEADER, totalizando 4 530 projectos. Ou seja, cerca de 60,5% de todas as operações de investimento contabilizadas no Alentejo pertencem também a estas duas modalidades.

Mesmo na região onde o investimento de maior dimensão assume maior peso financeiro, seis em cada dez projectos continuam a ser Pequenos Investimentos ou Pequenos Investimentos LEADER.

# 5. EVOLUÇÃO DE PAGAMENTOS DAS AJUDAS SIGc ENTRE 2020 E 2025

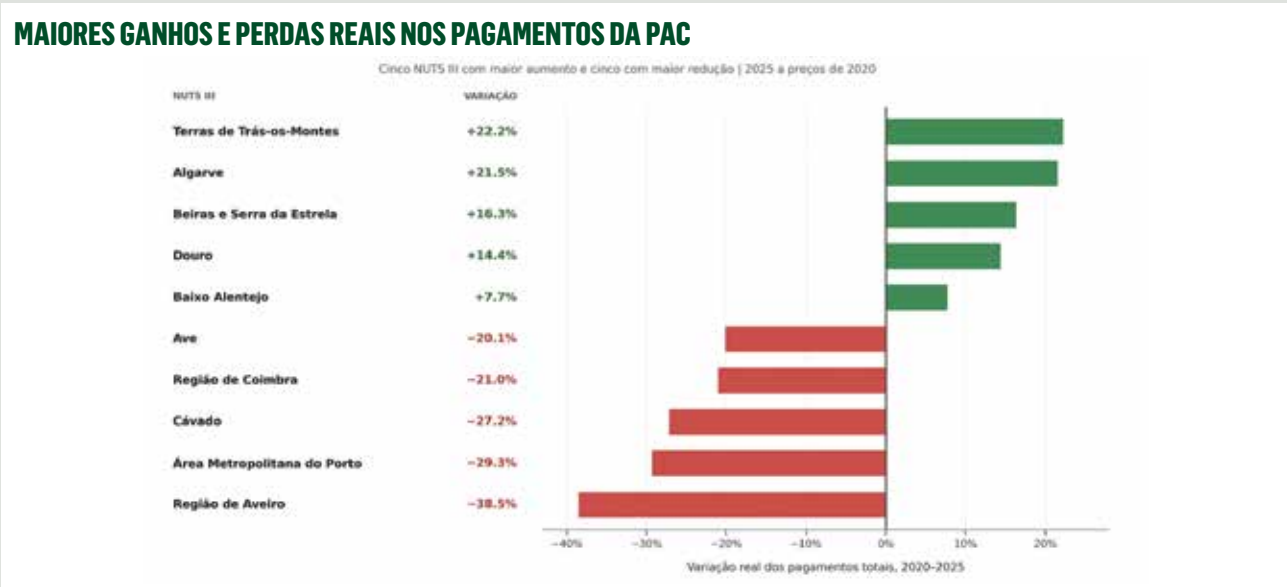
Entre 2020 e 2025, os pagamentos da PAC (ajudas SIGc) aumentaram cerca de 26% em termos nominais. Porém, quando os valores de 2025 são corrigidos pela inflação acumulada medida pelo IHPC da área do euro, o crescimento real reduz-se para apenas 2,9%.
Este resultado global esconde uma alteração relevante na composição dos apoios.

## GRÁFICO 6. CRESCIMENTO NOMINAL E REAL DOS PAGAMENTOS DA PAC




O 1.º Pilar cresceu apenas 6,8% em termos nominais e perdeu 12,8% em termos reais. Pelo contrário, o 2.º Pilar aumentou 70,7% nominalmente e 39,3% em termos reais. Assim, o ligeiro crescimento real dos pagamentos totais deve-se exclusivamente ao reforço do 2.º Pilar.

## GRÁFICO 7. MAIORES GANHOS E PERDAS REAIS NOS PAGAMENTOS DA PAC



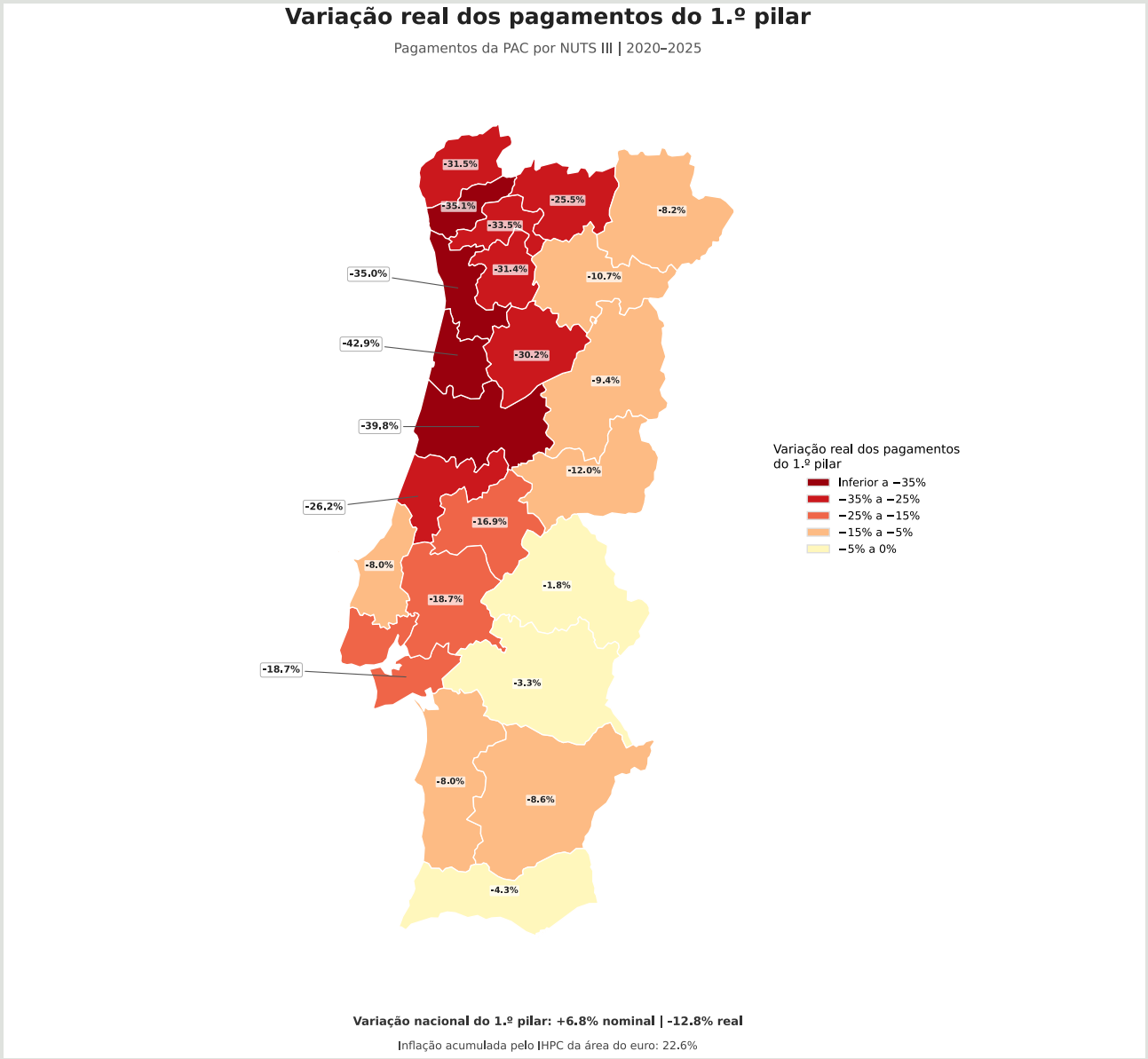

**Nota:** valores de 2025 convertidos para preços de 2020 com o IHPC anual médio da área euro (Eurostat)

A evolução territorial foi igualmente desigual. Terras de Trás-os-Montes, Algarve, Beiras e Serra da Estrela e Douro registaram os maiores aumentos reais dos pagamentos totais. Em sentido contrário, a Região de Aveiro, a Área Metropolitana do Porto, o Cávado, a Região de Coimbra e o Ave sofreram as maiores reduções. A correcção pela inflação altera substancialmente a leitura dos resultados. Diversas NUTS III que apresentam aumentos nominais passam a revelar perdas reais. É o caso do Alto Tâmega, Tâmega e Sousa, Viseu Dão Lafões, Médio Tejo, Área Metropolitana de Lisboa e Lezíria do Tejo. Nestes territórios, o crescimento dos pagamentos ficou aquém do aumento acumulado dos preços.

A análise mostra, por isso, que o aumento nominal das verbas não corresponde necessariamente a um reforço equivalente do seu valor económico. Entre 2020 e 2025, a PAC mobilizou mais recursos em euros correntes, mas a maior parte desse crescimento foi absorvida pela inflação e concentrou-se no 2.º Pilar.

Se tivermos em conta as ajudas directas, que deveriam ter como objectivo principal a melhoria de rendimento dos agricultores e as devidas compensações por operarem num mercado aberto, então a análise da evolução dos pagamentos deve ser feita ao nível das ajudas 1.º Pilar. Neste cenário todas as regiões perdem como se pode verificar na figura seguinte:

**FIGURA 3 . MAPA COM A VARIAÇÃO REAL DOS PAGAMENTOS DO 1º PILAR.**



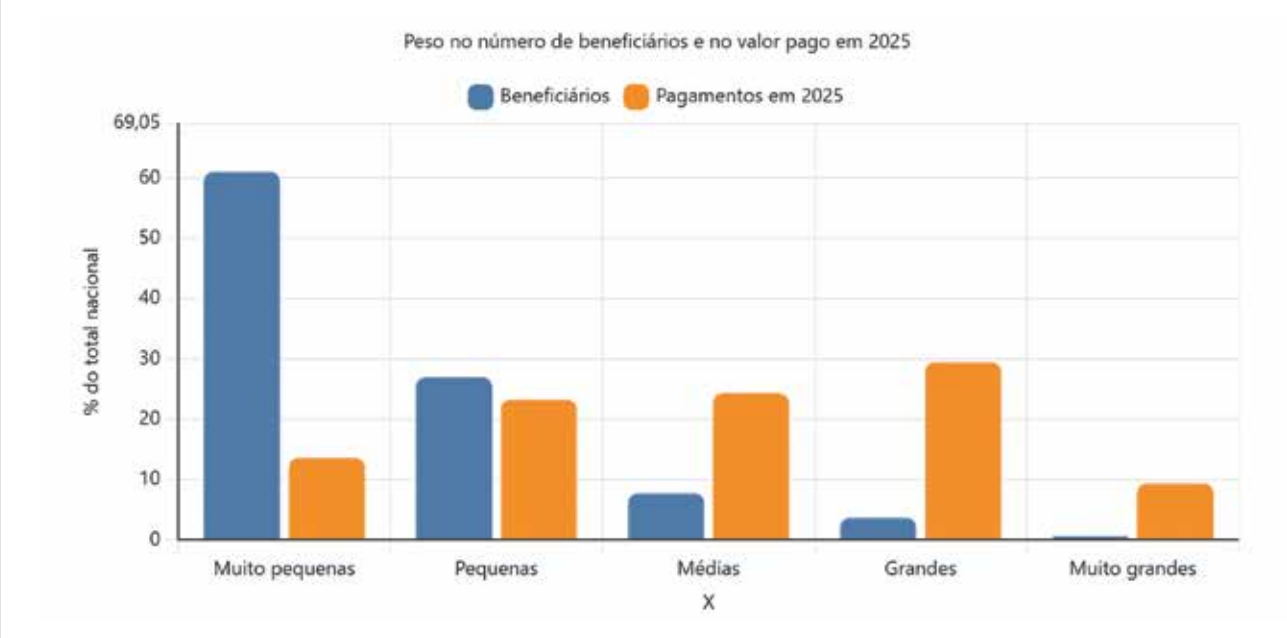

**Fonte:** elaboração própria a partir dos pagamentos PAC e do IHPC anual médio da área euro, Eurostat. Cartografia: Eurostat/GISCO, NUTS 2021. **Nota:** Variação real calculada após converter pagamentos de 2025 para preços de 2020.

# 6. DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS POR DIMENSÃO ECONÓMICA DAS EXPLORAÇÕES

***Nota:*** *os dados analisados neste ponto têm como referência os dados publicados pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), para o ano de 2025 e incluem todos os pagamentos SIGc.*

Como já referido, entre 2020 e 2025 existiu, ainda que principalmente nominal, um aumento do valor das ajudas pagas aos agricultores. Apesar deste aumento, a estrutura da distribuição por dimensão económica alterou-se relativamente pouco. As grandes explorações continuaram a receber a maior parcela, próxima de 29,5%, enquanto as grandes e muito grandes mantiveram, em conjunto, uma participação próxima de 39% no total nacional.

**GRÁFICO 8 . PESO NO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS E NO VALOR PAGO EM 2025**

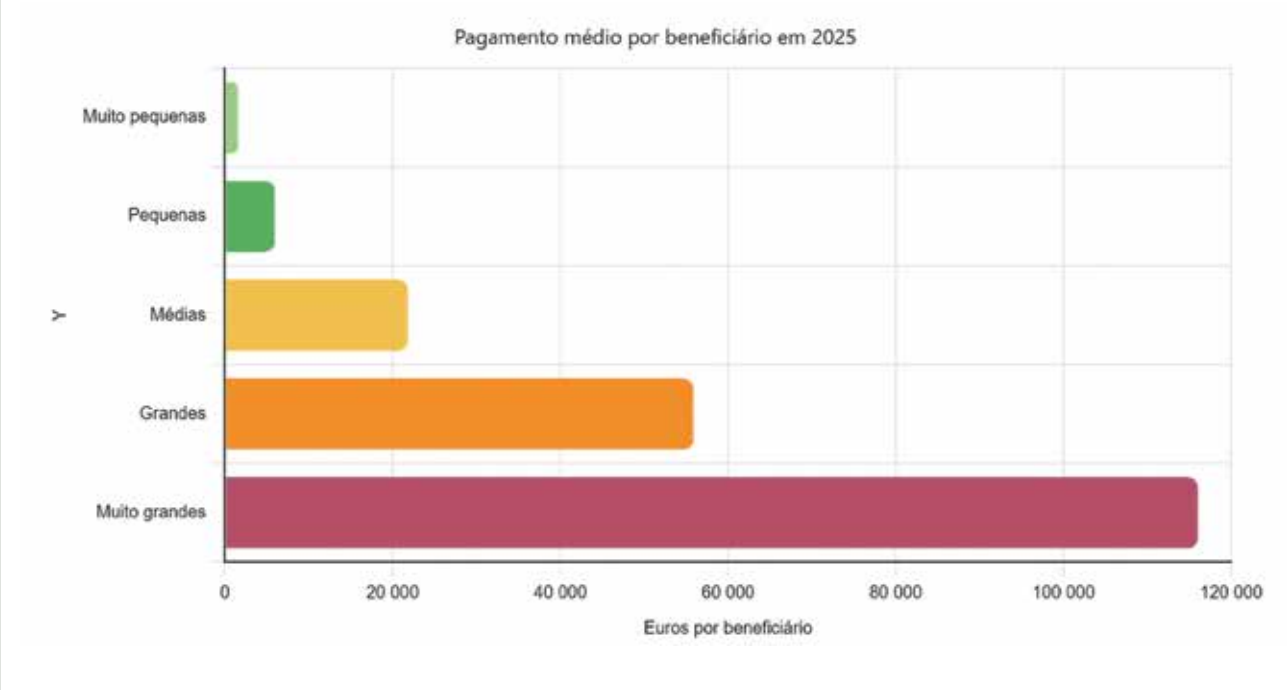



Voltando aos pagamentos de 2025, a comparação com o número de beneficiários permite obter uma imagem mais completa da distribuição. Os dados contabilizam mais de 173 mil beneficiários, dos quais 105 664 pertencem à categoria das explorações muito pequenas. Esta tipologia representa 61,05% dos beneficiários, mas recebe apenas 13,63% dos pagamentos.

Em sentido oposto, as grandes explorações correspondem a apenas 3,66% dos beneficiários, mas absorvem 29,45% do montante pago. Nas muito grandes, a diferença é igualmente expressiva: 0,56% dos beneficiários recebem 9,39% dos pagamentos.

Deste modo, o peso financeiro das tipologias aumenta muito mais rapidamente do que o respectivo peso no número de beneficiários. As explorações muito pequenas e pequenas representam conjuntamente 88,05% dos beneficiários, mas recebem 36,87% dos pagamentos. Já as explorações médias, grandes e muito grandes correspondem a 11,95% dos beneficiários e concentram 63,13% do valor pago.

**GRÁFICO 9 . PAGAMENTO MÉDIO POR BENEFICIÁRIO EM 2025**




**VALOR MÉDIO CRESCE COM A DIMENSÃO ECONÓMICA**

A diferença torna-se particularmente clara quando se calcula o pagamento médio por beneficiário. Nas explorações muito pequenas o valor médio foi de aproximadamente 1 553 euros. Nas pequenas subiu para 5 988 euros; nas médias para 21 877 euros; nas grandes para 55 915 euros; e, nas muito grandes, ultrapassou os 116 mil euros.

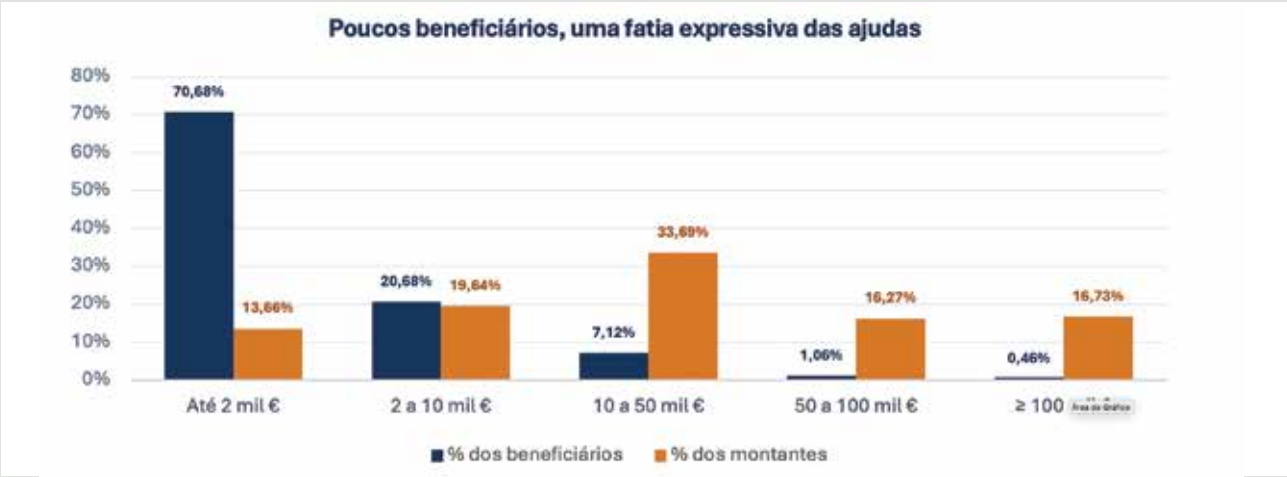
Assim, o pagamento médio de uma exploração muito grande foi aproximadamente 75 vezes superior ao de uma exploração muito pequena. Mesmo entre categorias próximas, as diferenças são consideráveis: uma exploração média recebeu, em média, 3,7 vezes mais do que uma pequena, enquanto uma grande recebeu cerca de 2,6 vezes mais do que uma média.

Esta comparação não significa, necessariamente, que explorações de diferentes dimensões se encontrem em condições produtivas equivalentes. Os valores recebidos podem reflectir diferenças de superfície, produção, culturas, elegibilidade ou composição dos apoios. Mostram, contudo, que o montante médio canalizado por beneficiário cresce de forma muito acentuada com a dimensão económica da exploração.

# 7. DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS POR CLASSE DE PAGAMENTOS

A última abordagem para avaliar a concentração das ajudas é a avaliação da distribuição destas por classe de pagamentos. Salienta-se que a Comissão Europeia publica todos os anos um relatório com estes dados, sendo que os últimos dados publicados dizem respeito ao ano financeiro de 2023 e ainda não reflectem as alterações introduzidas pela actual PAC, mas, tendo em conta todos os dados até agora analisados, a situação não deve resultar muito diferente.

## GRÁFICO 10 . DISTRIBUIÇÃO DAS AJUDAS POR CLASSE DE PAGAMENTOS EM 2023



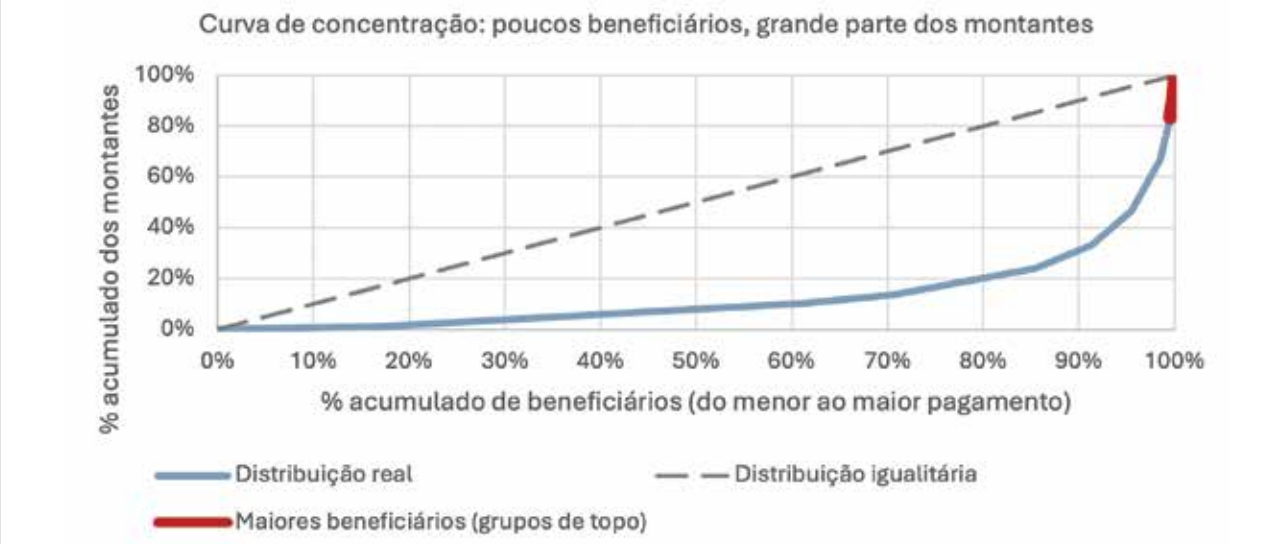

A distribuição das ajudas directas da PAC em Portugal evidencia uma forte concentração dos pagamentos. No patamar mais baixo da distribuição encontra-se a esmagadora maioria dos beneficiários. Em 2023 cerca de 70,7% receberam menos de 2 mil euros, representando mais de 120 mil beneficiários. Apesar do seu enorme peso numérico, este grupo recebeu apenas 13,7% do montante total das ajudas, cerca de 105 milhões de euros.

Alargando a análise aos pagamentos inferiores a 10 mil euros, a desigualdade na distribuição torna-se ainda mais evidente: 91,4% dos beneficiários ficam com apenas 33,3% dos pagamentos. São mais de 156 mil beneficiários a repartir aproximadamente um terço das ajudas.

No extremo oposto, apenas 2 597 beneficiários, cerca de 1,5% do total, recebem 33,0% das ajudas, praticamente a mesma parcela que cabe aos mais de 156 mil beneficiários que recebem menos de 10 mil euros. A concentração é igualmente visível no topo da distribuição. Apenas 779 beneficiários, menos de 0,5% do total, recebem pagamentos iguais ou superiores a 100 mil euros, mas concentram 16,7% de todas as ajudas directas, cerca de 128,5 milhões de euros. Entre estes encontram-se **dez beneficiários com pagamentos iguais ou superiores a meio milhão de euros**, que, por si só, representam cerca de 1% do montante global.

A diferença entre os extremos é particularmente expressiva quando observada através dos pagamentos médios. Entre os beneficiários que recebem até 2 mil euros, o pagamento médio é de cerca de 867 euros; no escalão igual ou superior a 500 mil euros, sobe para 774 300 euros, quase 893 vezes mais.

## GRÁFICO 11 . CURVA DE CONCENTRAÇÃO DOS PAGAMENTOS EM 2023



**A curva de concentração apresentada no gráfico traduz visualmente esta realidade: à medida que se avança para os escalões superiores, uma parcela cada vez menor dos beneficiários concentra uma fatia proporcionalmente muito maior dos pagamentos.**

# 8. UMA PAC MAIS JUSTA PARA QUEM TRABALHA A TERRA

Os números apresentados neste artigo mostram que a distribuição das ajudas continua muito concentrada. A grande maioria dos beneficiários encontra-se nas explorações de menor dimensão e nos escalões de pagamentos mais baixos, enquanto uma parcela muito reduzida concentra uma parte muito significativa do dinheiro disponível.

Por isso, a discussão sobre a próxima PAC não se pode limitar à questão de quanto dinheiro vai ser disponibilizado. É igualmente importante discutir como esse dinheiro é distribuído em termos regionais e a quem deve chegar.

Se queremos uma PAC que contribua para manter agricultores no território e apoiar a agricultura familiar é necessário reforçar os mecanismos que permitam uma distribuição mais equilibrada das ajudas.

O pagamento aos pequenos agricultores, o pagamento redistributivo, a modulação e o plafonamento das ajudas são instrumentos que devem estar no centro dessa discussão.

Os dados apresentados ao longo deste artigo mostram que os mecanismos aplicados até agora não impediram uma forte concentração dos pagamentos. A próxima PAC terá, por isso, de enfrentar uma questão essencial:

Queremos continuar a distribuir grande parte das ajudas em função da dimensão das explorações ou utilizar melhor os fundos disponíveis para apoiar os muitos agricultores, que mantêm vivo e produtivo o nosso mundo rural e que hoje recebem apenas uma pequena parte dos apoios?

---

**Fontes de informação**

Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral. (s.d.). *Informação de Base Administrativa.*
https://www.gpp.pt/index.php/analises/informacao-de-base-administrativa
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas. (2025). *Montantes Efetuados PU 2025.*
https://www.ifap.pt/portal/montantes-efetuados-pu2025
Comissão Europeia. (n.d.). *Direct aid breakdown.*
https://agriculture.ec.europa.eu/common-agricultural-policy/financing-cap/beneficiaries/direct-aid-breakdown_en

# Projecto +CoPMirtilo participa no Dia Aberto do INIAV na Fataca

***O Polo de Inovação da Fataca/Odemira, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV, I.P.), realizou um Dia Aberto, com investigadores, empresas, técnicos e produtores para debater o futuro sustentável e o melhoramento genético dos pequenos frutos.***




Foto: INIAV

Integrado no painel "Outros projectos em curso no Polo", o Grupo Operacional (GO) +CoPMirtilo (Comunidade de Prática e Inovação para a Protecção e Sustentabilidade do Mirtilo), liderado pela CNA, fez uma apresentação focada no contexto, oportunidade, objectivos estratégicos, metodologia e Plano de Acção.

A apresentação evidenciou que esta cultura, em Portugal, tem vivido um crescimento exponencial, tendo passado de 43 hectares em 2010 para 2.627 hectares em 2023, estimando-se que, actualmente, já se tenha chegado aos 3.000 hectares geridos por cerca de 1.500 produtores.

Contudo, este crescimento acentuado expôs lacunas no combate às pragas e doenças que afectam esta cultura, como a falta de conhecimento técnico estruturado face às culturas tradicionais, a ausência de uma monitorização integrada e a escassez de soluções de combate e minimização de perdas, principalmente ao nível das soluções sustentáveis.

Pragas como a *Drosophila suzukii* e doenças radiculares como a *Phytophthora cinnamomi*, entre outras, têm acarretado um impacto económico significativo, nomeadamente ao nível das perdas na produção/comercialização, mas também ao nível do aumento dos custos com factores de produção.

Para mitigar estes problemas, o GO +CoPMirtilo definiu três objectivos estratégicos: promover práticas de protecção inovadoras e adaptadas; construir uma Comunidade de Prática-Piloto (CoP) ligando agricultores, técnicos e investigadores; e aplicar metodologias digitais de *nudging* (estímulos comportamentais) e ciência cidadã para motivar a adopção de técnicas sustentáveis.

O Projecto encontra-se agora numa fase de arranque e tem um plano de desenvolvimento de 30 meses, sendo financiado pelo PEPAC Continente.

Num claro espírito de união sectorial, o +CoPMirtilo aproveitou o Dia Aberto para lançar um repto aos demais Grupos Operacionais dedicados aos frutos vermelhos, para que, a partir de um primeiro encontro se avalie formas de cooperação, entreajuda e partilha sistemática de informação técnica, maximizando os recursos e potenciando os resultados de cada um, em prol da fileira nacional dos pequenos frutos.

# CRISE DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO:

# propaganda de milhões do Governo não enche depósito de tractores

***Os custos dos factores de produção, sobretudo combustíveis e fertilizantes, que já estavam muito elevados, conheceram uma escalada exponencial após a guerra contra o Irão.***

É mais um forte revés a pressionar os já baixos rendimentos dos agricultores, e o Governo tem respondido ao problema com anúncios e comunicados sobre pagamentos efectuados aos agricultores, nos quais, deliberadamente, mistura as ajudas normais da Política Agrícola Comum (PAC) com as ajudas ao investimento, as compensações pelos prejuízos causados pelo "comboio de tempestades" do início do ano, e as que pretendem responder à crise provocada pela guerra contra o Irão.

No essencial, estes anúncios servem para inundar a opinião pública com relatos de milhões. No entanto, para além de muitos destes apoios demorarem a chegar aos agricultores, o que cada agricultor recebe é deveras insuficiente face à crise que o sector atravessa.

O litro de gasóleo agrícola está 60 cêntimos mais caro do que antes da guerra, mas o Governo não vai além de uma ajuda de 10 cên-

## RECLAMAÇÕES DA CNA PARA ENFRENTAR A CRISE:

- Desconto de 50 cêntimos por litro de gasóleo agrícola, atribuído directamente na aquisição do combustível;
- Aproveitamento de toda a margem de manobra concedida pela União Europeia para duplicar os valores dos apoios previstos para mitigar os efeitos dos aumentos nos restantes factores de produção;
- Criação de um programa de compras conjuntas de fertilizantes e outros factores de produção ao nível da União Europeia;
- Monitorização e medidas de controlo dos preços dos combustíveis;
- Monitorização da evolução dos preços ao longo de toda a fileira agroalimentar, de forma a evitar especulações;
- Apoios financeiros do Estado a fundo perdido às explorações agrícolas mais expostas ao agravamento dos preços dos factores de produção;
- Retoma do diálogo com as organizações de agricultores e criação, ao nível da Plataforma de Acompanhamento das Relações na Cadeia Alimentar (PARCA), de uma estrutura de acompanhamento de crise.

## VARIAÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS NOS PRIMEIROS SEIS MESES DE 2026

| Indicador Económico | Dezembro 2025 | Junho 2026 | Variação Absoluta |
|---|---|---|---|
| Preços no Produtor *(Bens Agrícolas)* | 153,06 | 138,29 | -14,77 pontos |
| Meios de Produção *(Custos do Agricultor)* | 142,30 | 147,40 | +5,10 pontos |
| Preços no Consumidor *(Alimentos Não Transformados)* | 143,15 | 148,85 | +5,70 pontos |
| Preços no Consumidor *(Alimentos Transformados)* | 138,40 | 139,94 | +1,54 pontos |

Fonte: Índices de preços do Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índice de preços de produtos agrícolas no produtor; Índice de preços dos meios de produção na agricultura e Índice de Preços no Consumidor.

timos por litro, paga meses depois de o agricultor ter feito a despesa.

Os aumentos dos custos com os fertilizantes ultrapassaram os 40%, mas as ajudas atribuídas pelo Governo ficam muito aquém das atribuídas pelo Governo espanhol.

Nas compensações atribuídas pelos prejuízos causados pelas intempéries do início do ano, há milhares de agricultores que já fizeram os investimentos sem ter ainda recebido qualquer cêntimo de apoio.

Quanto à agricultura, este Governo está muito preocupado com a propaganda, mas não dialoga com o sector, nem se vislumbra uma verdadeira estratégia de combate à crise. As medidas anunciadas são desgarradas umas das outras, burocráticas e pouco eficazes. Em muitas situações, deixam de fora quem mais precisa: os pequenos e médios agricultores.

## TUDO AUMENTA MENOS O RENDIMENTO DOS AGRICULTORES

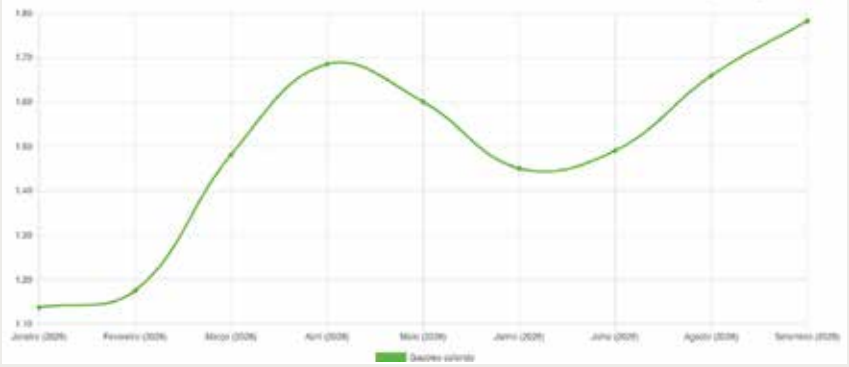
■ Em 2025, o rendimento real da actividade agrícola diminuiu 4,5%, de acordo com as Estatísticas Agrícolas divulgadas pelo INE, e este ano os indicadores não são mais animadores.

O mercado continua distorcido, com subida dos custos de produção e diminuição nos preços pagos aos produtores. No entanto, nas prateleiras dos supermercados, o consumidor final não beneficiou de nenhuma descida, pelo contrário, pagou mais pelos mesmos alimentos, o que demonstra que a grande distribuição continua a absorver as margens.

# QUEM FICA COM A FATIA DE LEÃO?




### EVOLUÇÃO DO PREÇO DO GASÓLEO AGRÍCOLA (DGEG)



## NOTÍCIAS




# Crise dos pequenos viticultores atinge expoente máximo no Douro

***Os pequenos e médios viticultores estão sob pressão há anos e a situação tem-se agravado: custos de produção em alta, dificuldades de escoamento das uvas, entrega da produção sem preço nem data para receber.***

O panorama estende-se a várias regiões do país e no Douro atinge o ponto de fervura.

Depois de contactos com produtores, reuniões e plenários, a 7 de Agosto, a CNA e a AVADOURIENSE – Associação dos Viticultores e da Agricultura Familiar Douriense promoveram mais uma iniciativa de protesto, frente ao Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), na Régua.

Os viticultores levantaram de novo a voz do Douro, para reafirmar que a situação é insustentável e insuportável e exigiram a concretização urgente de medidas estruturais para a sua resolução.

A meio da vindima, os produtores, sobretudo os pequenos e médios, continuavam sem ter a quem vender as uvas, sem preços ou preços de miséria, e já com os brutais custos de produção suportados.

A poucos dias da Concentração, o Governo, através do IVDP, tornou público mais um Plano para o Douro, mostrando que é a luta dos viticultores, com reclamação, mas também com propostas concretas, que pode obrigar o Governo a dar as respostas necessárias à difícil situação da Região Demarcada do Douro (RDD). Mas, no concreto, o que implementou foi insuficiente e desajustado.

A gravidade da situação exige medidas, imediatas, como a obrigatoriedade de contratos, com preços mínimos para as uvas fixados pelo Estado, ou a proibição de compra de uvas abaixo dos custos de produção não podem esperar mais um ano para serem aplicadas.

Exige-se o aumento do quantitativo do benefício, a utilização de aguardente regional na produção do vinho generoso, bem como uma medida de destilação de crise direccionada prioritariamente para as produções dos sócios das adegas cooperativas e para os produtores que não tenham adquirido vinhos a terceiros.

Num documento entregue no IVDP, os produtores apresentaram as medidas que exigem ver concretizadas e, se nada for feito durante esta vindima, prometem avançar para novas formas de luta.

Por rendimentos dignos, que permitam continuar a trabalhar as vinhas e a contribuir para a preservação do valiosíssimo património económico, social e cultural, que é a RDD, construída pelas mãos e pelo suor de muitas gerações de viticultores.

# Agricultores desesperam com prejuízos causados por animais selvagens

***O Ministério da Agricultura e Mar anunciou um projecto-piloto que prevê uma compensação financeira a atribuir aos caçadores por javali abatido em zonas onde seja identificada uma população excessiva, com vista a reduzir em pelo menos 10% a população da espécie.***




Além de se ter "esquecido" das indemnizações aos agricultores, a medida do Governo, só por si, não resolve o problema, dado o excesso de animais, a redução do número de caçadores ano após ano, além dos requisitos que a tornam pouco expressiva.

Recorde-se que, em 2024, segundo um estudo da Universidade de Aveiro, o número de animais andaria perto dos 400 mil, número que já ultrapassará estes valores, dada a facilidade de reprodução.

Aos prejuízos sofridos pelos agricultores, que aumentam ano após ano, soma-se o perigo real de se precipitarem problemas graves ao nível da sanidade destes animais, com destaque para a peste suína africana, ou acidentes rodoviários com javalis.

O Ministério da Agricultura nada faz quanto às indemnizações aos agricultores, que continuam a suportar sozinhos os enormes prejuízos causados à Agricultura Familiar pelos javalis. É urgente a atribuição de indemnizações, de forma expedita e desburocratizada, aos lesados, a partir do levantamento dos prejuízos, a fazer, designadamente, pelos serviços do Ministério da Agricultura e Mar e do ICNF.

## PRODUTORES LESADOS POR ATAQUES DE LOBOS RECLAMAM APOIOS EFECTIVOS

Os agricultores que têm as suas explorações e pastoreiam os animais em regiões coincidentes com o habitat do lobo ibérico denunciam um aumento dos ataques de lobos nos últimos anos, que se dão cada vez mais perto das aldeias, até durante o dia.

Os prejuízos são cada vez mais avultados, com cada vez mais ataques a animais de maior porte, e com produtores lesados em centenas de animais num ano.

Os ajustes que se anunciam ou se concretizam nas medidas de mitigação de prejuízos continuam a ser insuficientes. Burocracia, dificuldades na verificação no local dos animais mortos e demoras na atribuição dos apoios em nada ajudam os produtores pecuários que, muitas vezes, ficam sem animais e sem as indemnizações.

Outras medidas como a colocação de cercas necessitam de ser ajustadas às características do terreno para que, em vez de servirem de protecção não sirvam, antes, para encurralar os animais que não conseguem fugir do lobo.

A CNA e as suas associações situadas nestas regiões têm apresentado propostas concretas que urge implementar, de modo a travar o abandono da actividade agrícola e pecuária nas zonas de montanha do Norte e Centro do país.

NOTÍCIAS

# BALADI assinala 50 Anos da Lei dos Baldios em Conferência Nacional

***Sob o lema "Uma história de luta, um legado de Abril", realizou-se no dia 3 de Outubro, em Chaves, a VIII Conferência Nacional dos Baldios, promovida pela BALADI – Federação Nacional dos Baldios.***




Ao assinalar os 50 anos da Lei dos Baldios, a Conferência valorizou o percurso histórico das comunidades na defesa dos seus territórios comunitários, afirmando o legado democrático e comunitário que esta conquista de Abril continua a representar para o país.

A VIII Conferência Nacional dos Baldios foi um momento de forte afirmação do movimento dos Baldios, dos seus Compartes e suas Assembleias, dos Conselhos Diretivos, dos Agrupamentos e Associações que continuam a assegurar a defesa, a gestão e a valorização dos territórios comunitários.

A iniciativa contou com duas mesas redondas sobre "Percurso, afirmação e desafios presentes da propriedade comunitária" e "Baldios com Futuro: inovação, patrimonialização e boas práticas comunitárias", bem como de intervenções de organizações convidadas.

Vítor Rodrigues, da Direcção da CNA, interveio saudando a BALADI – organização filiada na CNA – e a sua importância ímpar na defesa e valorização dos Baldios e da propriedade comunitária em Portugal, e todos os compartes, agricultores, criadores de gado e pastores que asseguram as actividades agrícolas e pecuárias, vencendo muitas dificuldades e obstáculos.

Reafirmando que é aos compartes que cabe o papel fundamental na gestão, defesa e valorização dos Baldios, enquanto peça essencial e imprescindível da propriedade comunitária, a CNA referiu que é necessário assegurar que são eles os principais beneficiários do valor criado nos Baldios.

Os Baldios continuam a ser essenciais para a vida económica, social e ambiental do mundo rural. Continuam a gerar riqueza, a preservar recursos naturais, a apoiar a agricultura, o pastoreio e a fixação das populações nos seus territórios, mas continuam a existir fortes interesses e pressões que procuram enfraquecer ou desvirtuar este património colectivo.

Na sua relação com a Agricultura, têm sido penalizados por sucessivos Governos que, como o actual, mantém o coeficiente de redução de 50% na elegibilidade das áreas de pastoreio em Baldios para efeitos das ajudas da PAC, discriminando e prejudicando os agricultores que apascentam os seus animais nos territórios comunitários.

Hoje, como ontem, é necessário manter a vigilância, reforçar a unidade e afirmar, sem hesitações, que os Baldios pertencem às comunidades e que a sua defesa é uma responsabilidade de todas e de todos nós.

Há quase 50 anos, os Baldios e os compartes tiveram uma importância decisiva na fundação CNA. Todos os Baldios, todos os compartes contam e contarão com a CNA para defender este legado democrático, e o que ele representa para todo o País.



# CNA no Fórum Internacional de Compras Públicas de Alimentos

***Nos dias 1 e 2 de Outubro, a CNA participou, em Valência, Espanha, no "Fórum Internacional de Compras Públicas de Alimentos", que reuniu cerca de 200 pessoas para uma reflexão conjunta sobre como impulsionar políticas públicas que contribuam para sistemas alimentares mais justos, sustentáveis e democráticos.***

A Compra Pública de Alimentos é uma ferramenta fundamental para garantir os direitos dos agricultores e fortalecer a agricultura familiar, em linha com o estabelecido na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais (UNDROP).

Ao direccionar os gastos com a alimentação nas escolas, hospitais e instituições públicas para critérios de proximidade, sazonalidade e práticas agroecológicas, contribuímos para transformar, pela positiva, a economia dos territórios e os sistemas alimentares.

Este fórum, organizado pelo CERAI (Centro de Estudos Rurais e de Agricultura Internacional) e pela Fundação Mundubat, reuniu administrações e instituições públicas, organizações de agricultores, sector privado e sociedade civil, com o objectivo de avançar para sistemas alimentares mais equilibrados, redistribuindo valor e poder na cadeia alimentar e reconhecendo o papel essencial e os direitos de quem produz os alimentos.

Dos trabalhos resultou a "Declaração de Valência sobre as Compras Públicas de Alimentos", com reclamações e propostas, que pode ser consultada em www.forocomprapublica.org.

## OITAVA REUNIÃO DO EBAF DECORREU EM BRUXELAS COM PARTICIPAÇÃO DE DIRIGENTE DA CNA

Decorreu nos dias 1 e 2 de Outubro, em Bruxelas, a oitava reunião do Conselho Europeu da Agricultura e da Alimentação (EBAF, na sigla em inglês), presidida pelo Comissário Europeu da Agricultura. Em representação da ECVC – Coordenadora Europeia Via Campesina, o dirigente da CNA Vítor Rodrigues participou nesta reunião dedicada ao tema "As oportunidades da digitalização e da IA para o sector agro-alimentar".

A discussão centrou-se em como aproveitar os dados, os recursos e o quadro político da UE para desenvolver ferramentas de IA que os agricultores possam usar, em que confiem e onde mantenham o controlo dos seus dados e decisões.

A posição da ECVC sobre a digitalização e as novas tecnologias assenta na necessidade de garantir que estas não reforçam o poder corporativo no sector nem agravam as desigualdades existentes.






# Dias Europeus de Acção por #BoaComidaBoaAgricultura

***Os sistemas alimentares da Europa atravessam um momento crítico. Em todo o continente, os pequenos e médios agricultores enfrentam crescentes dificuldades para garantir um rendimento justo, as comunidades confrontam-se com desigualdades cada vez maiores no acesso a uma alimentação saudável, a biodiversidade continua a diminuir e os impactos das alterações climáticas tornam-se cada vez mais evidentes através de secas, incêndios e cheias. Ao mesmo tempo, decisões políticas fundamentais, desde o futuro da Política Agrícola Comum (PAC) até aos debates em torno da desregulação e da competitividade, irão determinar o rumo do sistema alimentar e agrícola europeu nos próximos anos.***

Estes debates geram frequentemente manchetes, mas raramente retratam o quadro completo. As questões sobre quem produz os nossos alimentos, quem beneficia do sistema actual, quem fica para trás e quais as soluções que já demonstraram funcionar recebem muito menos atenção.

Todos os anos, os **Dias Europeus de Acção por #BoaComidaBoa Agricultura (GoodFoodGoodFarming)** criam espaço para estas conversas. Desde 2018, esta mobilização à escala europeia reúne agricultores, organizações da sociedade civil, comunidades locais, investigadores, escolas, autarquias e cidadãos para defender sistemas alimentares mais justos, saudáveis e sustentáveis.

Todos os meses de Outubro, centenas de iniciativas organizadas localmente decorrem por toda a Europa. Desde visitas a explorações agrícolas e refeições comunitárias até debates públicos, exposições, oficinas e manifestações, cada evento responde ao seu contexto local, enquanto contribui para uma campanha europeia comum. Ao ligar as experiências locais aos debates europeus, a campanha ajuda a compreender melhor as forças que moldam o nosso sistema alimentar e dá visibilidade a soluções práticas que já existem em vários países.

## UM OLHAR SOBRE ALGUMAS DAS INICIATIVAS DESTE ANO

Em **Espanha**, a coligação *Por Otra PAC* junta humor e política no evento PACmeCrazy. Agricultores, habitantes das zonas rurais e responsáveis políticos partilham histórias pessoais sobre a forma como as políticas agrícolas da UE afectam as suas vidas, transformando a frustração em humor, criatividade e energia colectiva para a mudança.

Na **Bulgária**, as crianças participarão nos Jogos do Feijão, uma iniciativa que as sensibiliza para a cultura do feijão e para a regeneração dos solos através das leguminosas, abordando também o processamento desta produção e os benefícios do seu consumo para a saúde.

Qualquer pessoa na Europa pode participar, especialmente através da **Acção Participativa** da campanha. Este ano, os Dias Europeus de Acção adoptam o formato de **notícias de "última hora"**. As organizações participantes são convidadas a criar uma breve reportagem intitulada **Breaking Food News**, realizada durante o seu evento local.

Durante os Dias Europeus de Acção de 2025, 558 acções em 28 países uniram pessoas na defesa da Justiça Alimentar.

Em 2024, os participantes elaboraram a sua própria **Receita para a Mudança**, que a equipa da campanha Good Food Good Farming entregou aos membros do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia.

Também a **CNA** tem participado nos Dias Europeus de Acção ao longo de vários anos, com a realização de iniciativas de proposta e luta por políticas públicas que conduzam a sistemas alimentares mais justos, onde os agricultores tenham uma justa remuneração do trabalho e os consumidores acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis.

Entre as iniciativas estão debates, divulgação e sensibilização em feiras agrícolas e também manifestações por uma PAC que caminhe no sentido de cumprir estes objectivos.




O objectivo dos Dias Europeus de Acção é ligar e fortalecer o movimento da alimentação e da agricultura em toda a Europa, para que possamos construir a mudança em conjunto. A visão que nos orienta é a da **Soberania Alimentar** e da concretização do **Direito Humano à Alimentação** para todas as pessoas.
Para que esta visão se torne realidade, é fundamental que o movimento pela agroecologia e pela justiça social seja ouvido pelos decisores políticos europeus, nacionais e locais. Através do **fortalecimento de um movimento diverso e solidário**, podemos alcançar esse objectivo, porque já hoje estamos a construir a mudança que queremos ver acontecer.
Para saber mais sobre os Dias Europeus de Acção, visite o sítio web **www.gfgf.eu**, onde encontrará informações, um guia de acção e materiais para divulgação.

### SOBRE A GOOD FOOD GOOD FARMING

A **Good Food Good Farming** é uma aliança da sociedade civil que faz campanha por uma alimentação e uma agricultura sustentáveis em toda a Europa, com raízes que remontam a 2012. Ao longo dos anos, trabalhou com mais de **850 pessoas** e **700 organizações** em **27 Estados-Membros da União Europeia**.
No centro da Good Food Good Farming encontram-se **17 coligações nacionais**, presentes em vários Estados-Membros da UE. Cada coligação reúne uma ampla diversidade de organizações, incluindo entidades representativas de consumidores, agricultores, ambiente, clima, comércio e bem-estar animal.
*Por Hanna Schöpf (contacto: schoepf@gfgf.eu)*

# FORMAÇÃO MODULAR CERTIFICADA

Mais e melhor (re)qualificação de adultos para crescer!



ARTESANATO



CIÊNCIAS INFORMÁTICAS



FLORICULTURA E JARDINAGEM



PROTECÇÃO DO AMBIENTE



PRODUÇÃO AGRÍCOLA E ANIMAL



INDÚSTRIAS ALIMENTARES



SILVICULTURA E CAÇA

- Formação dirigida à Agricultura Familiar
- Parcerias com Centros Qualifica
- Modalidade Presencial e/ou Online
- Regiões Norte, Centro e Alentejo

**INSCREVA-SE!**

cna@cna.pt 239 708 960 www.cna.pt

ENTIDADE FORMADORA CERTIFICADA

PESSOAS 2030

PORTUGAL 2030

Cofinanciado pela União Europeia

Os Fundos Europeus mais próximos de si.